

Teoria da Escolha Racional e Capital Social: aproximações produtivas na compreensão de dilemas da ação coletiva?

Cristiano das Neves Bodart

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP e professor da Faculdade Novo Milênio

Resumo

Em que medida a Teoria da Escolha Racional (TER) associada ao conceito de capital social colabora para compreendermos dilemas da ação coletiva? A busca para essa questão poderia vir por meio de um estudo de revisão de literatura ou pelo empirismo. Optamos pelo empirismo apoiado pela literatura especializada. Buscamos analisar, à luz da referida teoria e do conceito de capital social, uma experiência¹, onde os moradores de um município ao se deparar com dilema da ação coletiva optaram pela cooperação. A partir desse esforço, indicamos, como se esperava, que a teoria corrobora para compreendermos dilemas da ação coletiva, embora apresente algumas limitações, sobretudo por ignorar outras dimensões que compõem as ações dos indivíduos. Ao acrescentar uma análise, a partir do conceito de capital social, sobre outras dimensões do fenômeno, a capacidade explicativa foi significativamente ampliada.

Palavras-chave

Teoria da Escolha Racional; Ação Coletiva; Capital Social.

1. Introdução

É comum a preocupação dos estudiosos, e em particular nas Ciências Sociais, utilizar teorias ou conceitos de matrizes diferentes, sobretudo quando essas podem ser vistas como conflitantes ou distantes entre si. Se por um lado tal preocupação é justa, por outro pode, em muitos casos, limitar as explicações dos fenômenos sociais, os quais são reconhecidamente marcados por uma multiplicidade de dimensões. A Teoria da Escolha Racional foi durante os anos da segunda metade do século passado amplamente utilizada na Ciência Política e na Sociologia Política, principalmente nos EUA. Porém, com o desenvolvimento e publicização das teorias de matrizes culturalistas, as teorias de viés racionalistas foram, em grande medida, perdendo espaço, especialmente nos estudos da ação coletiva e dos movimentos sociais, fato que ocorreu também no Brasil. Um dos motivos está no fato da Teoria da Escolha Racional ser acusada de ignorar a dimensão cultural dos indivíduos em situações de ação coletiva, enfatizando apenas sua dimensão racional.

Nossa hipótese é que essa teoria possui colaborações interpretativas que não podem ser renegados e que, associadas a outras teorias ou conceitos que abarcam outras dimensões dos indivíduos, podem apresentar-se bastante frutíferas na busca pela compreensão dos dilemas da ação coletiva, que envolve a escolha de participar ou não de ações conjuntas.

Desta forma, nosso objetivo é compreender em que medida a Teoria da Escolha Racional (TER), associada ao conceito de Capital Social, pode colaborar para compreendermos dilemas da ação coletiva? A busca para essa questão poderia vir por

meio de um estudo de revisão de literatura ou pelo teste empírico. Optamos pelo teste empírico da referida teoria. Buscamos analisar, à luz da referida teoria e conceito, uma experiência, na qual os moradores de um município, ao se depararem com dilema da ação coletiva, optaram pela cooperação. O objeto em estudo para o teste empírico foram as ações coletivas realizadas em formato de mutirão para a pavimentação de ruas no município de Piúma, localizado no litoral sul do estado do Espírito Santo. O fenômeno observado ocorreu nos anos de 2011 e 2012.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção trata desta breve introdução. Na segunda seção é realizada uma revisão de literatura, a fim de identificarmos em quais direções deveríamos seguir em nossa pesquisa. Na terceira é, inicialmente, apresentado o objeto em estudo para logo após apresentarmos os dados encontrados de um estudo qualitativo e quantitativo (embora predomine aspectos quantitativos), realizado por meio da técnica do questionário, o qual foi fechado e de múltipla escolha. Além do questionário, foram utilizadas entrevistas individuais semiestruturadas e analisadas a luz da Teoria da Escolha Racional, da Teoria dos Jogos e do conceito de Capital Social. Por fim, à quarta seção são apontadas algumas conclusões e considerações em torno do estudo realizado.

2. Teoria da Escolha Racional e o conceito de capital social: contribuições teóricas

Grosso modo, a ação coletiva trata da ação comum que visa atingir fins partilhados. Para essa teoria a simples ideia de que um grupo (ou uma classe) constitui uma unidade de análise é facilmente

refutável. Para a teoria da Escolha Racional (TER), a ação coletiva é fruto dos interesses individuais compartilhados. Trataremos desse assunto posteriormente, mas primeiro torna-se necessário partirmos da seguinte indagação: a Teoria da Escolha Racional nos ajuda a compreender se os indivíduos tendem a participar de ações coletivas, especialmente em se tratando de bens públicos? Outra questão que levantamos é: “em que medida o conceito de capital social pode ser associado a essa teoria a fim de proporcionar o preenchimento de algumas lacunas explicativas?”. Buscando um aprofundamento destas questões iniciais, as quais desencadearam muitas outras pertinentes ao objetivo de nosso estudo, recorreremos a diversos autores que apresentam, reconhecidamente, significativas contribuições teóricas. São eles: Olson (1999), Hardin (1968), Coleman (1994), Putnam (1994) e Ostrom (2008).

A Teoria da Escolha Racional (TER) é uma variante e um desenvolvimento da Teoria da Troca, estando diretamente ligada a Teoria dos Jogos e a Teoria das Redes. Entre os teóricos da TER destacam-se James Coleman – considerado fundador dessa perspectiva analítica - e Mancur Olson (1999).

Desta forma, as principais premissas da TER são o individualismo, a otimização e o egocentrismo. Para essa teoria, embora existam ações coletivas, só os indivíduos agem e esses indivíduos, por serem racionais, buscam otimizar seus ganhos, visando seu bem estar. Em outras palavras, embora os estudiosos se utilizem de categorias analíticas como sociedade, comunidade, grupos, classes, o que existe são indivíduos com características comuns que os agregam e os levam a agir em comum acordo.

Para Coleman, os estudos centrados nos indivíduos que compõe o grupo social podem ser mais

frutíferos para a compreensão de todo o sistema, por isso Coleman é comumente denominado “teórico do ator racional”, isso por ter adotado o individualismo metodológico de Max Weber, em contraposição as ideias de Durkheim.

[...] uma análise interna baseada nas ações e orientações de unidades em um nível mais baixo pode ser considerada mais fundamental, constituindo algo mais próximo de uma teoria do sistema de comportamento do que uma explicação que permanece no nível do sistema (COLEMAN, 1990, p. 4).

Ou ainda:

Para um teórico [...] examinar como um fenômeno ganha existência, é preciso descer do nível macro-social para o nível dos atores, abandonando, pois, o paradigma da análise funcional por um paradigma que [...] contenha atores e uma teoria da ação (COLEMAN, 1990, p.260).

De acordo com Aquino (2001, p. 20), Coleman afirma que uma teoria social deve possuir três momentos: 1) momento inteiramente situado no nível micro, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos; 2) momento de transição do nível micro para o nível macro, onde se expõe como eventos individuais que podem resultar em mudanças sociais e 3) momento de transição do nível macro para o nível micro, ou seja, a influência de aspectos da sociedade sobre os indivíduos.

É importante evidenciar que Coleman está consciente de que as ações humanas têm muitos componentes irracionais (afetivos, tradicionais, moralmente motivadores, etc.). Seu método, baseado no individualismo, tem sido alvo de muitas críticas, especialmente, sendo acusada de simplista. “No entanto, como diz Lafay, os críticos dessa opção metodológica não vêem que autores como Coleman

adotam conscientemente uma estratégia reducionista, objetivando” (AQUINO, 2000, p. 21):

[...] reter o menor número possível de variáveis e representar do modo mais rudimentar suas interdependências a fim de deduzir conclusões fortes sobre a realidade. É, aliás, por essa razão que os construtores de modelos passam geralmente mais tempo pesquisando quais variáveis podem eliminar do que se interrogando sobre quais foram esquecidas (LAFAY, 1997, p. 233-234 apud AQUINO, 2000, p.21).

De acordo com Aquino (2000, p.19), Coleman identifica a existência de três elementos básicos nos sistemas sociais, são eles: i) os atores e seus interesses; ii) os recursos necessários para satisfazer esses interesses e; iii) o controle sobre os recursos. A fim de empreitar seus estudos, Coleman constrói um modelo teórico simples do sistema social: sistemas com apenas dois atores, envolvidos em relações de autoridade e em relações de confiança. A partir da análise teórica desses atores examina a demanda por normas sociais e a realização de normas sociais efetivas, culminando com a elaboração de uma teoria do capital social (reconhecidamente como um conceito) que estaremos explorando.

Jon Elster (1994) ao tratar da “Teoria da Escolha Racional” afirma que esta é instrumental, sendo as ações avaliadas e escolhidas como meios mais ou menos eficientes para atingir um dado fim. Para esse mesmo autor, a escolha racional objetiva encontra os melhores meios para estes fins, sendo uma maneira de adaptar-se otimamente às circunstâncias. Porém, Elster (1994) aponta que a escolha racional não se caracteriza como um mecanismo infalível, pois um indivíduo racional escolhe com base em suas crenças que lhe indicam a “melhor escolha”. Ou seja, o processo pode ser racional, mas mesmo assim não

atingir a verdade. “A crença é uma relação entre uma crença e aquilo sobre o que é a crença” (ELSTER, 1994, p.41). Muitas vezes a crença coloca o indivíduo em mais de uma possibilidade de escolha, e nem sempre nossas crenças são “preto no branco”.

Em torno da tomada de decisão, Elster apresenta basicamente três problemas em uma escolha racional: i) a existências de poucas evidências para efetivar a escolha ótima; ii) a demora para a tomada de decisão – devido a busca de evidências – pode tornar a escolha atemporal, ou seja, a ocasião para agir pode ter passado (como no caso de um médico que deve decidir se opera ou não seu paciente. A demora pela busca por evidências para basear a sua decisão pode levar tal decisão a não ser mais necessária, no caso de o paciente não aguentar esperar e vir a óbito) e; iii) quando a deliberação possuir um custo muito elevado ao comparado com os resultados da escolha (o caso de uma criança que deverá esperar pela decisão judicial para saber se vai morar com seu pai ou sua mãe. O custo – problemas psicológicos, por exemplo – pago por ela pode ser superior ao benefício da decisão, mesmo que em condições ótimas). Assim, entendemos que a Teoria da Escolha Racional nos fornece instrumentos para nossa análise empírica em busca dos objetivos aqui propostos.

Uma lógica racional apontada por Elster (1994) está no conceito “agir racionalmente”, sendo este fazer o melhor para si mesmo. Para Elster, quando dois ou mais indivíduos interagem eles podem produzir resultados muito piores para si do que se agissem sozinhos (nesse ponto, Elster recorre ao dilema dos dois prisioneiros). Assim, participar ou não de ações coletivas, como mutirões perpassará por avaliações de custo-benefício. Elster ainda aponta que “a teoria da escolha racional pode falhar através

da indeterminação (ELSTER, 1994, p.49). Para ele existem duas formas de indeterminação: i) pode haver mais de uma ação que sejam igual e otimamente boas e; ii) pode não haver nenhuma ação que seja ao menos tão boa como todas as demais. “Quando a escolha racional é indeterminada, algum outro mecanismo deve preencher a brecha” (ELSTER, 1994, p.53). Elster aponta que este outro mecanismo pode ser o princípio de “satisfazer”, ou seja, escolher algo que seja suficientemente bom, mesmo não sendo a escolha ótima. Desta forma, podemos levantar duas hipóteses para o nosso estudo de caso: i) o indivíduo pode participar do mutirão por julgar ser a melhor escolha a ser feita; ii) o indivíduo pode escolher não participar por acreditar que existem outras opções tão boas ou melhores do que participar do mutirão. Retornaremos posteriormente a essas duas opções possíveis.

Mancur Olson, na obra “Lógica da Ação Coletiva” (1990), buscou explicar o comportamento de indivíduos racionais que se associam para a obtenção de algum benefício coletivo. Sua pretensão foi apresentar uma alternativa a teoria tradicional de grupo. É importante notar que seu objeto de estudo é o comportamento de indivíduos racionais, tendo estes o objetivo de obter benefícios coletivos que se convertam em vantagens individuais. Para desenvolver sua teoria, Olson se apoia no conceito de benefício coletivo como um “benefício indivisível”, ou seja, aquele que uma vez consumido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa deste grupo, mesmo que este não tenha se dedicado em sua obtenção.

Segundo Olson (1990), o interesse comum dos membros de um grupo pela obtenção de um benefício coletivo nem sempre é suficiente para levar cada um deles a contribuir para a obtenção desse benefício. Existem circunstâncias onde o indivíduo do grupo

sabendo que o benefício coletivo não lhe será negado, independentemente de sua participação ou não (por se tratar de um bem coletivo), tenderá a se escusar, a fim de ampliar seu bem estar, deixando que os demais paguem pelos custos de sua obtenção. Assim reduz à zero o seu custo (o que convencionalmente é chamado de “*free rider*” – bilhete gratuito) e desfruta do benefício gerado. Seguindo desse raciocínio cada um dos membros do grupo estaria tentado a deixar aos outros o cuidado de pagar pelos custos da ação coletiva. Torna-se evidente, nestas condições, que a pura expectativa generalizada acarretará um “efeito perverso” (BOUDON, 1977); com efeito, se todos os membros optarem pela estratégia do *free rider*, o bem coletivo deixará de ser obtido.

A decisão de todo indivíduo racional - se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo - depende, na concepção de Olson (1990), de algumas condições. Os custos da ação devem ser inferiores aos benefícios alcançados, uma vez que a participação do grupo na ação coletiva implica, para cada um dos membros do grupo latente, certos custos, como tempo, dinheiro, etc. Outro fator, apresentado por Olson (1990), que influencia na ação coletiva é o tamanho do grupo. Olson argumenta que grupos menores tendem a ter maior adesão de seus membros, isso se dá por vários fatores, entre eles ao fato de o benefício ser dividido por um número igualmente reduzido de participantes, sendo o benefício recebido significativo a cada membro. Para ele, grupos grandes são mais susceptíveis a não atingirem seus objetivos, isso se dá por ser o benefício diluído a tal ponto que os custos da participação se excedem aos benefícios alcançados, desestimulando o indivíduo. Outro motivo se dá pelo fato de que a não participação do indivíduo não apresenta grande impacto sobre o resultado,

como geralmente ocorre em grupos pequenos. Assim, grupos grandes tendem a ter indivíduos não atuantes, mas que serão beneficiados pelos resultados, uma vez que se trata de benefícios coletivos, daí a necessidade de algum tipo de coerção sobre o não-participante ou proporcionando benefícios exclusivos – incentivos coletivos - para aqueles que participarem da ação. Um oferecimento paralelo de bens individuais, não necessariamente materiais, será um meio para estimular os recalcitrantes.

O problema teórico explicativo que levantamos consiste no fato da TER ignorar outras motivações para a participação, tais como a coerção social via rede de relacionamento. Reconhecemos que existem outras dimensões importantes e colaborativas, mas nos ateremos ao conceito de Capital Social para buscar atender nosso objetivo.

Os incitamentos morais e “solidários” desempenham, na realidade, um papel importante na emergência da ação coletiva. Agir coletivamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, podendo tornar-se igualmente, para ele, um prazer. Sob estas condições, é a não participação que será custosa, pois poderá “pôr em xeque” a imagem e a estima que o indivíduo tem de si próprio. Para Oberschall (1973) a ausência de laços e a decomposição das redes de interação são obstáculos importantes à mobilização. (ou não incentivo a participação)

Em outras palavras, o estoque de Capital Social (CS) pode influenciar no engajamento ou não dos indivíduos. O conceito de Capital Social embora não seja novo, tomou notoriedade a partir da obra de Robert Putnam, publicado em 1993: “*Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern*

Italy” (D’ARAUJO, 2003, p. 11). Inicialmente, com Hanifan (1916) o conceito havia sido definido como “um conjunto de relações sociais marcadas pela boa vontade, camaradagem e simpatia, atributos muito próximos do *goodwill* utilizado para definir as relações públicas na sua origem” (HANIFAN, 1916 apud D’ARAUJO, 2009, p. 35-36). Pierre Bourdieu, em 1980, sistematizou no campo da Sociologia o conceito. De acordo com Matos, Bourdieu em *seu paper “Le capital social: notes provisoires”*, o definiu como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (MATOS, 2009, p.35).

O conceito de capital social utilizado por Bourdieu (1980) é nosso propósito de grande contribuição. Isso por apresentar um elemento, de certa forma, ignorado pelas Teorias da Escolha Racional e a Teoria dos Jogos: a coerção social do grupo.

O capital, em seu caráter utilitário, é um “ativo” social adquirido de forma desigual, uma vez que as redes sociais nas quais estão inseridos os indivíduos não oferecem as mesmas condições para obtenção das mesmas quantidades e qualidades desse capital (BOURDIEU, 1980, p.2) Somado à contribuição de Bourdieu, nos apropriamos das conceituações de Putnam (1993 [1996]) e de Fukuyama (2000) dadas ao capital social, as quais, a nosso ver, embora aparentemente contraditórias, são complementares.

Para Putnam (1996) o conceito de capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177). Para este autor o capital social é uma herança histórica, ou

seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos. Trata-se de um capital que quanto mais utilizado mais a comunidade cívica a possuirá, ou seja, quanto mais se usa o capital social, mais se adquire. Desta forma, a confiança é geradora de confiança, sendo base para a cooperação.

Putnam afirma que o capital social possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas participem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos não convencionais de envolvimento político (BAQUERO; SOUZA; SCHERER, 2009, p.9). Nessa direção, formulamos uma de nossas hipóteses de pesquisa: o conceito de capital social nos propicia maior compreensão da cooperação social.

Uma vez adquirido capital social, o indivíduo racional não desejará perder a confiança adquirida. A regra de reciprocidade está relacionada, segundo Putnam, com o que dizia Cícero, no tempo de César: “nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor”.

De acordo como Fukuyama (2000 apud HIGGINS, 2005), o capital social é produto espontâneo dos jogos repetitivos do dilema do prisioneiro. Uma vez que o jogo se repete, a simples estratégia de pagar na mesma moeda (cooperação por cooperação, traição por traição) conduzirá os jogadores racionais a um resultado de cooperação, produzindo assim o capital social, uma vez que os indivíduos tenderão a apostar em sua reputação de honestidade e de integridade.

Fukuyama (1996, p.41) define capital social como “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Para este autor, o capital social pode estar

incorporado no menor grupo social (a família), bem como no maior de todos os grupos, a nação, assim como nos grupos intermediários.

Para Egidio Luiz Furlanetto (2008) o conceito de capital social pode ser agrupado em duas correntes, como destacou:

[...] a primeira, comum entre os sociólogos, reforça a idéia de que as ações individuais podem ser fortalecidas por meio da participação dos mesmos em redes sociais, em interações diretas e indiretas com os outros atores da rede, e a relacionam aos recursos e benefícios potenciais que um ator detém, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações pessoais (BOURDIEU, 1985; COLEMAN, 1988; PORTES, 1998); na segunda corrente, a da preferência dos cientistas políticos, o capital social é visto como uma parte significativa das relações e laços internos que caracterizam as bases da ação coletiva e garantem-lhe a coesão necessária para atingir os resultados esperados (PUTNAM, 1993, p. 179; FUKUYAMA, 1995, p. 377; LOCKE, 1995, p. 3; WOOLCOCK, 1998) (FURLANETTO, 2008, p.62).

Para outros autores o conceito de capital social se mantém numa perspectiva instrumental, “pois estaria baseada no proveito que os indivíduos obtêm ao participarem em estruturas sociais” (PONTES, 2000 apud HIGGINS, 2005, p.31).

Como já destacamos buscamos checar se a Teoria da Escolha Racional associada ao conceito de capital social nos permitirá compreender melhor a lógica da ação coletiva. Para isso, “aplicamos” primeiramente nosso “olhar teórico” (sob a lógica da TER) sobre uma experiência empírica, a fim de identificar quais lacunas explicativas surgem, e posteriormente incluímos nessa perspectiva as interpretações possibilitadas pelo conceito de capital social.

Reconhecemos as limitações em mensurar o capital social. Essa dificuldade não é exclusiva dessa pesquisa, pois “várias metodologias têm sido propostas, especialmente por economistas, porém nada ainda parece consensual o bastante” (D’ARAUJO, 2003, p.27). Maior parte dos trabalhos tem buscado, sem muito rigor, medir os resultados do capital social, mas não o capital social em si, o que também não é nosso objetivo. Buscaremos identificar apenas algumas dimensões desse conceito para, grosso modo, compreendermos se existe ou não um esteque relevante de capital social.

3. Cooperação social em formato de mutirão para pavimentação de ruas: um estudo de caso

Buscamos nesta seção realizar um teste empírico da TER, a fim de checarmos suas potencialidades e limitações. Por fim, estaremos incluindo as possíveis contribuições interpretativas do conceito de capital social. Estamos cientes que tal checagem é limitada, sobretudo por tratar-se de apenas um estudo de caso, embora a ação coletiva que observamos já ocorreu em vários municípios brasileiros em condições e situações diversas. Por outro lado, tal estudo nos possibilita realizarmos alguns apontamentos que nos fornecem condições de refletirmos a prática comumente adotada por pesquisadores: não “misturar” teorias ou conceitos em uma análise social.

Dito isto, buscamos discutir, a luz da Teoria da Escolha Racional (TER), as motivações que levam os indivíduos a participarem de mutirões em parceria com o poder público local. Como estudo de caso, tomamos um projeto de pavimentação de ruas onde

houve uma parceria entre os moradores e a Prefeitura Municipal de Piúma/ES.

3.1 Delimitação do objeto de estudo e procedimentos metodológicos

Piúma é um pequeno município do Espírito Santo, tendo aproximadamente 16 mil habitantes, localizado na Região Litoral-Sul, a cerca de 90 km de distância da capital do estado, Vitória. Devido às ofertas de emprego originadas com as ampliações das usinas de pelotização de ferro da empresa Samarco Mineração S/A e a estagnação econômica do sul da Bahia, especialmente ligada à produção de cacau, muitos emigraram para as proximidades da mineradora. Mesmo estando cerca de 20 km de distância da empresa de pelotização de minério de ferro, localizada no norte do município vizinho (Anchieta), Piúma acabou recebendo muitos desses imigrantes, dando origem a alguns bairros periféricos, como é o caso do Morro dos Baianos.

O estudo de caso refere-se à participação da sociedade civil em formato de mutirão para, em parceria com a Secretaria Municipal de Serviços, pavimentarem algumas ruas da cidade. A parceria ocorreu da seguinte forma: o poder público municipal oferta o material necessário e os moradores a mão de obra, isso por meio de mutirão.

De acordo com o secretário Executivo de Desenvolvimento desse município, o Poder Executivo, por meio do Gabinete do Prefeito lançou, no fim de 2010, o “Plano Municipal de Calçamento de 60 ruas” (PMC60). A pretensão de calçar 60 ruas chamou a atenção da população local por se tratar de um fato ainda não presenciado no município. Mas o que tornou esse projeto, de certa forma, evidenciado na

mídia capixaba foi a proposta do método do trabalho: mutirão em parceria com a população residente, onde esta deve participar diretamente com a mão-de-obra. O projeto acabou superando o volume de 60 ruas e se expandiu para outro formato de parceria: a prefeitura ofertava o material e os moradores pagavam a mão de obra, fato que criou polêmica e a abertura de processo junto ao Ministério Público, processo que ainda está em andamento.

Segundo o Secretário de Desenvolvimento do Município de Piúma, não se tratava de uma ideia nova na cidade. O mutirão já havia ocorrido em gestão anterior, porém essa experiência procurou dar maior vigor e modelagem diferente, uma vez que anteriormente a população sedia o material e a prefeitura a mão de obra.

Realizamos entrevistas estruturadas quantitativas (com questões fechadas) e qualitativas (e com questões abertas) aos moradores das áreas onde ocorreram os mutirões. As entrevistas foram realizadas à pouco mais de 20 moradores, chefes de domicílio, em três bairros diferentes, onde ocorreu a parceria. Tais entrevistas tiveram por objetivo identificar as motivações de terem participado dos mutirões, assim como identificar, grosso modo, se os entrevistados haviam participado de outras experiências e se estariam dispostos a participar em situações futuras. Levantamos alguns elementos característicos do conceito de capital social para identificarmos o nível de estoque desse capital, ainda que de maneira não muito criteriosa. Partimos de perguntas típicas de estudos que se utilizam da Teoria da Escolha Racional. A partir de tais entrevistas, coletamos dados quantitativos e qualitativos que apresentaremos e discutiremos em seguida.

3.2 Desenvolvimento da pesquisa e seus resultados

Partimos da seguinte indagação: Os indivíduos tendem a participar de ações coletivas, especialmente se tratando de bens públicos?

A fim de buscar uma resposta para esta pergunta, perguntamos aos moradores: “se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o sr. contribuiria para este projeto?” Notamos que 95% dos entrevistados responderam que ajudariam nessa nova ação coletiva. Mas ao perguntar: Nos últimos anos, antes desse mutirão, o sr. tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas? Identificamos que 55% afirmaram que sim. Confrontamos esses dois resultados e chegamos à seguinte indagação: Por que todos se apresentam dispostos a participar de uma ação coletiva para provimento de bens públicos, mas pouco mais da metade dos entrevistados já havia participado anteriormente de uma ação coletiva dessa natureza?

Recorrendo a Mancur Olson, poderíamos afirmar que “por se tratar de bens públicos quase metade dos entrevistados não havia participado?” A resposta parece ser positiva. Mas como explicar a resposta de que eles se dispõem a participar de uma futura ação coletiva? Talvez, em certa medida, Olson esteja certo, porém não previu o que Putnam apontou: a ação coletiva quando bem sucedida gera *capital social*.

Buscamos identificar se os entrevistados se arrependiam de ter participado do mutirão e identificamos que todos os entrevistados afirmaram não ter se arrependido.

Nós sabemos que é obrigação da prefeitura. Se nós ficar esperando, nada saíria do papel,

como tem acontecido nesses vinte anos que moro nesse bairro. Por isso o povo colocou a mão na massa e fez o que precisava [sic] (Antônio², um dos entrevistado, 2012).

Em entrevista desestruturada aos moradores, observamos que todos estavam satisfeitos com a ação coletiva. Na pesquisa quantitativa identificamos que 50% dos entrevistados afirmaram não estarem satisfeitos com o resultado material. Notamos que a satisfação em ter agido coletivamente para minimizar um problema da comunidade foi superior à satisfação do resultado material, uma vez que, apontaram os entrevistados, o projeto de execução realizado pela Prefeitura deveria ser diferente. A maior reclamação estava relacionada ao fato de tais ruas serem pavimentadas sem sistema de drenagem.

A rua ficou mais bonita, mais tinha que ter lugar para escorrer a água de chuva. Tá melhor que antes. Não tem lama, mas podia ficar melhor se tivesse encanamento nas ruas, ai no dia de chuva não ia ficar tanta água. Seria melhor, mas tá bom (Sandra, uma das entrevistada, 2012).

Como já apresentado, a TER tem como princípio o individualismo, a otimização e o egocentrismo. Estariam essas três características presentes nessas comunidades? Para buscar atingir uma resposta satisfatória realizamos algumas perguntas aos entrevistados objetivando identificá-las. Algumas das perguntas e os resultados mais interessantes são apresentados na tabela 1:

TABELA 1 - Principais resultados encontrados ligados a averiguação de princípios individualistas, de otimização e de egocentrismo¹.

Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que o/a sr/a paga é?	Atualmente o/a sr/a participa de algum grupo ou organização?	Pagou o IPTU de 2010 e de 2011?	Nos últimos anos, o/a sr/a tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?
90% responderam que considera muito alto ou alto	40% afirmaram que não participam de nenhum tipo de associação ou grupo. Dentre os 40% que responderam que participam, 50% deles é de organização religiosa e afirmaram que se limitam a participar dos cultos/missas.	Apenas 20% afirmaram que sim.	Apenas 55% afirmaram que sim

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas. ¹Alguns entrevistados não quiseram ou não souberam responder.

A partir da tabela 1, observamos alguns indicadores ligados aos princípios individualistas, de otimização e de egocentrismo, como apontado pela TER. Notamos que maior parte dos entrevistados não paga IPTU (importante destacar que todos afirmaram serem donos legais dos imóveis onde residem), buscando assim maximizar seus benefícios. Embora não pagassem o IPTU, 90% deles o consideraram abusivo. Foi possível observar que tais moradores, em sua grande maioria, não se engajam em questões coletivas relacionadas à busca de provimento de bens públicos. Pouco mais da metade (55%) já haviam realizado algum tipo de ação coletiva para solucionar problemas de sua comunidade alguma vez na vida. Tais resultados nos fornecem um forte indício de que tais atores sociais agem segundo os princípios apontados pela Teoria da Escolha Racional.

Não dá para ficar participando dessas coisas. Isso deve ser feito pelo prefeito e pelos vereadores. Eles que ganham para fazer essas coisas. Eu tenho meu trabalho e não dá para ficar fazendo muito essas coisas. Caro que é bom, mas não dá para fazer sempre (Claudio, um dos entrevistados, 2012).

Nota-se, por meio da fala de um dos entrevistados que é o reconhecimento dos possíveis benefícios da ação coletiva, mas que a lógica é obtê-lo com pouco custo.

Buscamos identificar se os perigos apresentados por Elster (1994) se manifestaram nos mutirões em estudo. Apenas “a existências de poucas evidências para efetivar a escolha ótima” foi observado. Apenas 55% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento do projeto antes de sua aplicação e 50% deles afirmaram que o projeto poderia ser diferente. Talvez, como nos afirmaram alguns moradores, se a população soubesse que não seriam feitas as galerias de escoamento da água da chuva, teria pressionado o poder público local a modificar o projeto.

Afirmam os teóricos da TER que os indivíduos tendem a maximizar seus benefícios, mas quando não é possível alcançar uma situação ótima, ao menos buscam uma situação boa. Tal apontamento teórico foi observado na prática. Os moradores afirmaram que a pavimentação das ruas deveria ser realizada exclusivamente pelo poder público, uma vez que existem os impostos para isso: essa seria a situação ótima. Mas como existe a dúvida de que a pavimentação seria realizada, optaram em aceitar a parceria e garantir a realização: a boa situação.

Um ponto identificado nesta pesquisa esteve relacionado ao tamanho dos grupos envolvidos. Os entrevistados apontaram a facilidade de coordenar o mutirão devido ao pequeno grupo (apenas os moradores diretamente beneficiados). Mas, ao contrário do que afirma Olson, a facilidade para a participação de todos não esteve ligado ao fato de o indivíduo ser coagido pelos demais, sendo este fiscalizado de perto. O que foi identificado é que a

participação gerou participação, ou seja, tendo a certeza da participação dos demais o indivíduo se via em um jogo de cartas abertas: não tendo desertores, criou-se uma sinergia em torno da participação.

Buscando identificar o estoque de capital social, realizamos algumas perguntas ligadas às características desse conceito. Buscamos identificar se as comunidades estudadas teriam sido facilitadas a se unirem para a realização dos mutirões por conta da existência de um significativo estoque de capital social. Nossa hipótese inicial é que tais grupos teriam se formado movidos por interesses individuais, como até aqui os resultados tem sugerido. Incluímos no questionário quantitativo algumas perguntas que, acreditamos, nos apontaria uma direção interpretativa da existência ou não desse capital. Tais perguntas estão ligadas diretamente à confiança.

Os principais resultados encontrados são apresentados na tabela 2.

TABELA 2 - Principais resultados encontrados ligados a averiguação de estoque de capital social.

Algumas perguntas ligadas aos indicadores de estoque de Capital Social ¹				
A maioria das pessoas do bairro geralmente está disposta a ajudar você caso necessite?	Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste bairro?	Em uma situação de emergência, como a doença de um familiar ou perda de emprego, o/a sr/a acredita que receberia ajuda?	Julgue a frase: "Os políticos prometem, depois não cumprem."	Para resolver os problemas do Brasil, o que considera melhor?
15% afirmaram que sim e; 65% responderam às vezes. Nenhum entrevistado disse que nunca	35% afirmaram que sim e; 45% afirmaram que às vezes. Apenas 20% afirmaram que não	65% afirmaram que da família; apenas 25% afirmaram que receberiam ajuda dos vizinhos	55% concordam e 45% concordam em parte. Apenas 10% discordaram.	75% afirmaram que acham melhor a participação social, contra 25% que acreditam ser melhor um bom líder.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas entrevistas realizadas. ¹Alguns entrevistados não quiseram ou não souberam responder.

A tabela 2 aponta a existência de indícios de confiança social entre os indivíduos da comunidade, “ingrediente” fundamental para a ação coletiva. Porém, notamos que tal confiança não é unânime, predominando um “às vezes”. Essa constatação

consolida ainda mais o entendimento de que os indivíduos, de certa forma, confiam nos vizinhos, o que falta é ver as cartas abertas do jogo, ou seja, “se houver uma certeza de que os demais participarão, eu também participo”, afirmou assim um dos entrevistados, corroborando com os resultados quantitativos.

Nota-se que o nível de confiança nos políticos é baixo. Em entrevista, alguns moradores afirmaram que foi a descrença no poder público que os fizeram “arregaçar as mangas”. Afirmaram que a ideia teria sido iniciada entre eles, onde já estavam se unindo para fazer blocos por conta própria. “Ai, a prefeitura ficou sabendo e propôs a parceria”, afirmou outro entrevistado.

Podemos, assim, apontar algumas questões identificadas. As referidas comunidades não apresentaram possuir um estoque significativo de capital social, apenas uma espécie de “confiança desconfiada”, mas que somado ao interesse individual compartilhado de ter sua rua calçada, à descrença no poder público e a certeza de que todos participariam, tornou-se possível a ação coletiva, a qual produziu uma sinergia participativa.

4. Considerações Finais

Buscando identificar as potencialidades da teoria da Escolha Racional, realizamos um estudo de caso que se enquadra no primeiro momento de uma pesquisa, classificada por Coleman como o “momento inteiramente situado no nível micro, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos”, mas que nos indica um caminho para o “momento de transição do nível micro para o nível

macro, onde se expõe como eventos individuais podem resultar em mudanças sociais”. Nesse nível notamos que a referida teoria nos fornece elementos importantes para a compreensão da cooperação social em torno de uma ação coletiva, tais como a existência de uma certa racionalidade individual movida pela lógica de avaliação custo-benefício.

No caso em estudo, as ações individuais se converteram em maior estoque de capital social, que nos possibilita apontar que ações racionais individualistas movidas por interesses que se repetem podem gerar uma sinergia capaz de proporcionar condições para futuras ações sociais. Parece que nesse caso, o jogo repetitivo fornece maior segurança para a participação dos indivíduos.

Como já apontado por Coleman, a TER não nos possibilitou compreender todas as ações humanas identificadas ou não nos mutirões em estudo, como as relações movidas por afetos, por costumes tradicionais ou por questões morais. Embora a TER apresente limitações referentes a situações altruístas ou motivadas por ações não racionais, ela apresentou-se bem instrumental, como já apontava Elster (1994).

Por meio da combinação da Teoria da Escolha Racional e do conceito de capital social, foi possível, no estudo de caso, por exemplo, identificar que nas comunidades estudadas, embora não apresentassem inicialmente um estoque significativo de capital social, a ação coletiva praticada parece ter aberto caminho para futuras ações, uma vez que a confiança foi ampliada. Ou seja, uma primeira participação onde os atores não têm relações sociais diretas, a lógica racional é utilizada por eles para avaliar e julgar se participam ou não da ação coletiva. Porém, em nem todas situações teremos o compartilhamento de interesses, sendo nesse caso o conceito de capital social bastante rico para

preencher lacunas explicativas em se tratando de ação coletiva, sobretudo se desejamos compreender ação sustentadas por um período de tempo significativo. Certo que muitas outras dimensões precisam ser consideradas em tratando-se de ação coletiva, tais como a oportunidades e restrições políticas, o papel da identidade e do alinhamento interpretativo. Nesse *paper* buscamos evidenciar parte da potencialidade da Teoria da Escolha Racional e do conceito de capital social, assim como apontam em formato de exemplo de estudo de caso que tal teoria pode ser complementada pelo conceito de capital social, uma vez que trata-se de um fenômeno multifacetado e passível de ser observado e interpretado por diversas perspectivas sem que, contudo, estas anule umas às outras.

Notas:

¹ Os resultados desse estudo de caso foi originalmente apresentado no Seminário Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Utilizamos nomes fictícios para evitar a exposição desnecessária do(a) entrevistado(a).

Referências Bibliográficas:

- AQUINO, Jakson Alves de. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. *Revista Humanidades e Ciências Sociais*, vol. 2 nº 2. 2000.
- BAQUERO, Marcelo; SOUZA, Bruno Mello; SCHERER, Rafael Sabini. A desconfiança política e sua incidência na fragmentação da cultura política. *Anais do seminário Nacional de Ciência Política da UFGRS*, 2009.
- Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/sncp/> >
Acesso em: 22 jul. 2014.
- BOUDON, Raymond. *Effets pervers et ordre sociale*. Paris: P.U.F. 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. Notes Provisoires. In : *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, 31, n. 31, 2-3. 1980.
- COLEMAN, James Samuel (1990). *Foundations of social theory*. Harvard University Press, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Tradução de Alberto Lopes. Rocco: Rio de Janeiro, 1996.
- FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 16. Número suplementar. Agosto de 2008. PP. 55-67.
- HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.
- MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.
- OBERSCHALL, Anthony. *Social conflicts and social movements*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.1973.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Trad.

Fabio Fernandez. São Paulo. Edusp, 1999.

PIÚMA, Prefeitura Municipal de Piúma [entrevistas a representantes do Executivo de Desenvolvimento Municipal].

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.